

## SAÚDE PARA TODOS

# Novo Mais Médicos deve contratar 15 mil em 2023

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem a retomada do programa Mais Médicos. Ao todo, serão abertas 15 mil vagas, com investimento de R\$ 712 milhões somente neste ano.

Segundo o Ministério da Saúde, as primeiras 5.000 novas vagas serão abertas via edital já neste mês, e as outras 10 mil abrirão em um formato com contrapartida dos municípios, o que garante às prefeituras menor custo e mais condições de permanência nessas localidades.

O programa Mais Médicos foi criado em 2013, durante o governo da presidente Dilma Rousseff (PT). Com a contratação de mais 15 mil médicos, serão 28 mil profissionais fixados em todo o país até o final deste ano. Hoje, 13 mil médicos já atuam no programa.

Poderão participar dos editais do Mais Médicos profissionais brasileiros e intercambistas, brasileiros formados no exterior e estrangeiros. Assim como no formato anterior, os médicos não irão precisar revalidar o diploma

para atuar no Brasil.

Os médicos brasileiros formados no Brasil continuam a ter preferência na seleção. O tempo de participação no programa passa a ser de quatro anos, prorrogável por igual período.

Segundo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, o Mais Médicos foi aperfeiçoado principalmente com o objetivo de garantir a permanência dos profissionais nos municípios o maior tempo possível.

"Nós temos tido um diálogo intenso com as entidades representativas dos médicos, como a AMB (Associação Médica Brasileira) e, na verdade, o grande ponto é médico sem registro no Brasil. O que estamos fazendo é o incentivo para médicos se fixarem no programa. E vamos trabalhar junto ao Ministério da Educação para os registros. Mas a principal medida é o incentivo para os médicos brasileiros", disse.

Nésio Fernandes, secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, disse que o novo

formato estabelece condições de provimentos melhores para áreas com dificuldade de atrair médicos.

"Além da bolsa, o médico receberá uma indenização ao final. Poderá receber adicional de 10% a 20% da soma total das bolsas de todo o período em que esteve no programa, a depender da vulnerabilidade do município", afirmou.

Com a retomada, segundo o Ministério da Saúde, 96 milhões de brasileiros terão garantia de atendimento médico na atenção primária, porta de entrada do Sistema Único de Saúde.

Durante o seu discurso, Lula fez menção aos ataques que médicos cubanos sofreram na primeira edição e disse que, apesar disso, o programa obteve sucesso.

O presidente disse ainda que brasileiros têm prioridade nas vagas, mas que o programa não é excludente, porque o que importa é a nacionalidade do paciente.

"Nós queremos que todos os médicos que se inscrevam sejam

brasileiros, esse é o esforço comum da nossa ministra, do edital, de garantir que os médicos que se inscrevam sejam médicos brasileiros, formados adequadamente. Se não tiver, a gente quer médicos brasileiros formados no estrangeiro. Se não tiver, vamos fazer com que médicos estrangeiros ocupem essa tarefa", disse.

"O que importa não é saber nacionalidade do médico, é saber nacionalidade do paciente, que é o brasileiro", completou.

Lula também fez críticas ao fato de a saúde e a educação estarem submetidas ao teto de gastos, em meio à discussão sobre nova regra fiscal.

"Não pode tratar educação como gasto, a saúde como gasto, porque não tem investimento maior do que salvar uma vida", afirmou.

Para o presidente da AMB, César Eduardo Fernandes, o Mais Médicos tem problemas em sua formulação. Ele diz que a associação sabe que, em algumas localidades, é difícil prover as necessidades médicas.

## MILLIONAIRE SOCIAL

# Embratur pede que PF investigue suposto crime de turismo sexual

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, oficializou, junto à Polícia Federal, um pedido de investigação sobre norte-americanos ligados ao grupo Millionaire Social Club (MSC), acusados de explorar sexualmente mulheres brasileiras.

Em vídeos veiculados na internet, os norte-americanos se apresentavam como coaches que, contratados, ajudariam clientes a conquistar mulheres brasileiras. As imagens mostram diversas mulheres em uma festa. Uma delas seria uma menor, de 17 anos, conforme disse Freixo.

"Esses turistas americanos organizavam o que chamam de festa mas é claramente uma ação criminoso com a presença inclusive de menor de idade", disse o presidente da Embratur ao ressaltar que as imagens veiculadas não tinham sequer autorização de muitas das mulheres filmadas. "Diversos crimes foram cometidos", acrescentou ao levantar suspeitas de outros eventos do tipo, organizados pelo mesmo grupo.

## COOPERAÇÃO

Diante da situação, Freixo se reuniu ontem com o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, a quem pediu que acompanhe de perto o caso. "Vamos fazer (Embratur e PF) um trabalho de cooperação.

É provável que não seja um caso isolado", disse Freixo ao ressaltar que não interessa ao setor turístico brasileiro qualquer vínculo com atividades criminosas, em especial com exploração sexual.

"Este caso tem de ser pedagógico, porque não queremos turismo desse tipo no Brasil. Trata-se de um caso muito

grave. A Embratur tentará, agora, identificar os locais onde esse tipo de prática ocorre mais comumente."

De acordo com o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, a partir da formalização do pedido do presidente da Embratur terá início o encaminhamento interno do caso. A investigação terá frentes também no exterior, uma vez que os envolvidos estrangeiros já deixaram o país. Para tanto, poderão ser acionadas adidâncias da PF em outros países.

"O primeiro passo é instauração de inquérito policial", acrescentou ao informar que frentes investigativas serão adotadas de forma coordenada, inclusive com a participação de diretorias das áreas de crimes cibernéticos e de direitos humanos.

## NOTA DA EMBRATUR

Recentemente, em nota oficial divulgada na quinta-feira passada a Embratur manifestou solidariedade às "mulheres vítimas de exploração sexual em São Paulo, no caso ocorrido no final de fevereiro envolvendo um grupo de turistas estrangeiros".

"Não são bem-vindas em nosso país pessoas que desejam praticar crimes. O turismo para fins de exploração sexual fere nossas leis e quem o pratica será submetido à devida investigação, julgamento e punição", diz a nota.

"Há décadas, o Brasil executa políticas interesteriores para combater o turismo para fins de exploração sexual, com ações internas de assistência social, prevenção com educação e investigação criminal; e externas, na reconstrução da imagem do país no exterior e promoção de um turismo responsável", complementou.

## Nota

## PM DE FOLGA DISPARA 11 VEZES E MATA ADOLESCENTE EM SÃO PAULO

Um policial militar de folga atirou contra duas pessoas no sábado em São Paulo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado, ele reagiu a uma tentativa de assalto. O agente passeava de moto no bairro 15 de Novembro, na zona leste da capital paulistana. Ele não estava trabalhando, mas portava a pistola da corporação. Segundo ele, dois homens o abordaram e anunciaram o assalto, dizendo estarem armados. Ele, então, teria reagido. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o PM atirou 11 vezes contra a dupla. Um menor de idade morreu e o outro suspeito fugiu. Moto dos suspeitos era roubada e tinha placa adulterada, de acordo com a SSP. O caso foi registrado como tentativa de roubo e morte decorrente de intervenção policial. A arma do PM foi apreendida e será periciada.

## CORRUPÇÃO

# Doleiro Alberto Youssef, pivô da Lava Jato, é preso de novo pela PF

A Polícia Federal prendeu ontem o doleiro Alberto Youssef, um dos pivôs da Operação Lava Jato.

O doleiro, apontado como operador do PP na Petrobras, assinou um acordo de colaboração premiada logo no início da operação e expôs como funcionava o esquema de corrupção na estatal.

Youssef, 56, foi preso na primeira fase da Lava Jato, em março de 2014, e condenado pelo então juiz Sergio Moro na Lava Jato em penas que somam mais de 120 anos de prisão. Porém, deixou o regime fechado em 2016, graças ao acordo de delação.

A nova prisão foi ordenada pelo juiz Eduardo Fernando Appio, que assumiu a 13ª Vara Federal em Curitiba em fevereiro, e, segundo o despacho, tem como base uma representação para fins penais da Receita Federal.

De acordo com o juiz, o relatório produzido por uma investigação do Fisco "deixa evidenciado que o acusado não devolveu aos cofres públicos todos os valores desviados e que suas condições atuais de vida são totalmente incompatíveis com a situação da imensa maioria dos cidadãos brasileiros".

"O simples fato de que possui

diversos endereços e de que estaria morando na praia já evidência uma situação muito privilegiada e que resulta incompatível com todas as condenações já proferidas em matéria criminal", diz Appio.

Entre os fatos apontados pela Receita, segundo a decisão do juiz, está a tentativa do doleiro de comprar um avião e um helicóptero.

O juiz também aborda as reincidências criminais do doleiro. Considerado um dos maiores operadores financeiros ilegais do país, Youssef ficou conhecido nacionalmente ainda no final da dé-

cada de 90 e início dos anos 2000.

Ele foi um dos doleiros alvos do chamado caso Banestado, que avançou sobre um esquema de envio de dinheiro para o exterior considerado o maior caso de lavagem de dinheiro do país até a Lava Jato.

Preso, ele assinou seu primeiro acordo de delação ainda em 2004, com o mesmo juiz Sergio Moro que depois ordenou sua prisão em 2014. Após a detenção nove anos atrás, o doleiro assinou um novo acordo e confessou ser operador do PP na Petrobras, além de indicar outros integrantes do esquema de desvios.

## POLÍCIA FEDERAL

# Dino promete confisco de armas de CACs não recadastradas no prazo

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou ontem que a Polícia Federal fará uma busca ativa para apreensão de armas que não forem recadastradas até o dia 3 de abril.

Até agora, cerca de 612 mil armas adquiridas por CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) até o início do ano foram recadastradas. O número representa pouco mais de 80% do total de armamento registrado no Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), do Exército -faltam ainda cerca de 150 mil armas.

O processo foi iniciado a partir de decreto do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva (PT) para que as armas passassem a ter registro também no sistema da Polícia Federal, conhecido como Sinarm (Sistema Nacional de Armas).

"Não haverá nenhum confisco de armas que foram recadastradas, porém, sim, daquelas que não forem recadastradas. No mês de abril, quando tivermos a conclusão do recadastramento, é claro que aquelas que não forem cadastradas estarão sujeitas a apreensão administrativa e remessa à Polícia Federal, para que instale os inquéritos policiais competentes relativos a essas ar-

mas", disse Dino, em entrevista coletiva nesta segunda.

Há 1,2 milhão de armas de CACs registradas no Exército até 2022, segundo dados obtidos pelo Instituto Sou da Paz. Devem ser recadastradas todas as armas adquiridas a partir de maio de 2019, já no governo Bolsonaro.

O ministro ainda lembrou que a PF possui os dados de todos os CACs, como nome completo, CPF e endereço. "Lembremos que essas pessoas preteritamente cadastraram essas armas, então nós temos os dados", disse.

"Quando uma norma regulamentar não é cumprida, a arma

que foi adquirida legalmente no dia seguinte passa a ser ilegal. Não haverá apenas um aguardo de diligências eventuais, haverá uma busca ativa para que essas pessoas tenham suas armas apreendidas", concluiu.

Dino afirmou que, apesar de o recadastramento ter sido considerado bem-sucedido até o momento, o processo tem tido baixos números quando analisado isoladamente o grupo que possui armas de uso restrito.

São 62 mil armas desse tipo cadastradas, e pouco mais de 50% (33 mil) do público inseriu os dados no novo sistema da PF.

## CRIME SEM CASTIGO

# Governo Bolsonaro 'jogou no lixo' 1 milhão de insulinas

O Ministério da Saúde descartou 999,7 mil canetas de insulina de ação rápida durante a gestão Jair Bolsonaro.

Avaliados em quase R\$ 15 milhões, os produtos usados para diabetes perderam a validade de setembro de 2020 a junho de 2021. Os lotes eram parte de uma compra de 4 milhões de tubetes, feita em 2018.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, os dados sobre o estoque perdido da Saúde, que deixaram de ser sigilosos, ainda

mostram que foram descartados 39 milhões de imunizantes contra a Covid até o fim de fevereiro, avaliados em R\$ 2 bilhões.

Na gestão Bolsonaro também foram perdidas terapias de alto custo, remédios para pessoas vivendo com HIV/Aids, entre outros produtos.

Associações médicas e de pacientes chegaram a alertar o ministério, antes do fim da validade, que havia excesso de burocracia para ter acesso ao produto.

Para receber as doses de insulina análoga de ação rápida, o paciente precisava ser atendido por um endocrinologista. Esse médico teria de preencher um extenso relatório.

Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, o médico Levim Araújo disse que o correto seria liberar a insulina ao paciente por meio de uma receita mais simples.

"Às vezes o médico precisa preencher um documento de seis folhas. Fiz medicina para

examinar os pacientes, não para isso", afirmou.

Ele ainda aponta como barreira a exigência de pacientes renovarem a receita para pegar novos tubetes.

No começo de março, os ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) abriram uma tomada de contas especial para avaliar responsabilidade sobre a má gestão de estoques da Saúde.

Um dos pontos destacados em auditoria do tribunal é a perda das insulinas.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 533.0057653-5  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 33ª (Trigésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), além dos Titulares dos CRI, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 13 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 09 de fevereiro de 2023, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 e 29 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia 10 de abril de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, nos termos da cláusula 13.2 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Renúncia ou perdão temporário pelo descumprimento de prazo para registro previsto na Cláusula 3.2.1 dos Instrumentos Particulares de Alienação Fiduciária De Direitos De Superfície E Outras Avenças de cada SPE; (II) Renúncia ou perdão temporário pelo descumprimento determinadas Condições Precedentes, bem como a concessão prazo adicional para conclusão do cumprimento de Condições Precedentes; (III) Caso aprovada a ordem do dia anterior autorizar a concessão de prazo adicional para conclusão do respectivo registro dos Instrumentos Particulares De Alienação Fiduciária De Direitos De Superfície E Outras Avenças de cada SPE; (IV) A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails af.assembleias@oliveiratrust.com.br / dcf.af.controles@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI FORGREEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (d) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (e) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo de Securitização, acompanhando documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).  
São Paulo, 21 de Março de 2023.  
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição